

de envio da documentação? A lógica não fecha! Não encontramos na ata qualquer informação acerca do momento em que a negociação teria sido efetuada. É certo que negociações podem ser feitas, mas a CESAMA somente teve acesso à proposta ajustada ao lance vencedor após o seu envio nos termos estabelecidos no edital de licitação e aí, se fosse o caso poderia haver negociação. Antes deste momento, jamais, impossível. A menos que tenha havido conversa com o fornecedor extra sistema, o que na licitação eletrônica não é possível.

Assim, estamos diante de uma irregularidade que deve ser apurada até mesmo pelos órgãos de controle interno da CESAMA e quiçá do controle externo, haja vista que não podemos aceitar a proposta ajustada nos termos em que foi juntada aos autos. É uma irregularidade que por si só afasta o proponente vencedor do certame.

CONTRATO SOCIAL NÃO TEM O OBJETO LICITADO EM SUA INTEGRALIDADE

De acordo com a cláusula 1.1 do Edital de Licitação, o certame tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE UNIFORMES E TOALHAS DE BANHO, COM FORNECIMENTO DE ARMÁRIOS PARA A CESAMA.

De acordo com a alteração contratual apresentada pelo proponente vencedor o seu objeto social é "**serviços de lavanderia em geral**".

Pois bem. Para uma empresa que pretende transacionar com a CESAMA, nos parece que o objeto social indicado não contempla integralmente o objeto licitado, pois serviços de lavanderia em geral é tão somente a lavagem, não estando contemplada a locação de toalhas e nem fornecimentos de armários, fazendo com que mais uma vez o edital de licitação não seja respeitado, ou seja, não foi cumprido o que está estabelecido no art. 41 da Lei nº 8.666/93.

CND'S FEDERAL E ESTADUAL ESTÃO COM OUTRO CNPJ

O proponente vencedor participou da licitação com o CNPJ nº **02.347.121/002-10 conforme verificamos nos termos da Ata do Pregão quando foi divulgado o detentor do melhor lance às 09:38:46 horas.**

Verificando as certidões Federal e Estadual apresentadas pelo proponente vencedor, podemos observar que o CNPJ constante das certidões é **02.347.121/001-30, o que não poderia ter sido aceito**, haja vista a disposição contida na cláusula 6.3 do edital que exige que todos os documentos apresentados estejam em nome do licitante com o número do CNPJ, trazendo ainda que se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em seu nome; se a licitante for filial, todos devem estar em seu nome e se o licitante for a matriz e o executor for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.